

Proposta de Grupo de Trabalho para 11º Encontro da Rede de Estudos Rurais (2025)

Proponentes: Janaína Betto (Pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria-PPGCSociais/UFSM) e Marcelo Artur Rauber (Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro-MN/UFRJ).

Resistências indígenas, quilombolas e de povos e comunidade tradicionais: lutas pela terra, ecologia e criatividade política

Resumo Simples

O processo de colonização e o modo colonial de se habitar a terra (Ferdinand, 2022) buscaram historicamente eliminar as diferenças e mundos sociais diversos, impondo a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Apesar disso, as resistências diversas do rural persistem e se reinventam na atualidade, a exemplo da crescente organização política dos povos indígenas e de comunidades tradicionais no período pós-1988. Essa proposta de GT busca acolher e conectar pesquisas sobre resistências indígenas, quilombolas e de outras populações etnicamente diferenciadas diante de situações de conflitos e da intensificação da crise ecológica. Nesse contexto, questiona-se: que estratégias de resistência esses grupos têm utilizado a partir de suas criatividade políticas? Que singularidades emergem delas? Intenciona-se reunir estudos empíricos e teóricos, ensaios e pesquisas metodológicas que abordam os regimes de criatividade desses grupos sociais, no que tange às suas lutas pela terra e por direitos sociais, evidenciando seus modos políticos no âmbito das relações com os opositores, com o Estado (movimentos sociais, protestos, marchas, candidaturas) e também das resistências cotidianas (atividades culturais, sociais e políticas, retomadas de terras, de modos de vida e de práticas tradicionais, como cantos, rituais e relação com não-humanos).

Resumo Expandido

Justificativa

Os estudos sobre o rural desenvolveram importantes análises acerca da subordinação do trabalho rural às demandas do capital e da grande propriedade de terra e, por outro lado, sobre as resistências que eclodem diante das contradições inerentes à concentração fundiária brasileira e agravadas pelo processo de modernização conservadora, sobretudo no que se

refere às experiências do campesinato, localizando o “lugar” do rural na formação social brasileira e a questão agrária como seu pilar fundamental (Wanderley, 2011).

Na atualidade, pode-se dizer que a persistência desse debate encontra terreno profícuo no acirramento de conflitos agrários no Brasil, que cresceram 60% nos últimos 10 anos e têm indígenas como principais vítimas de violência extrema em conflitos por terra (Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2024). Diante desse cenário, destaca-se a existência e resistência de diversos sujeitos do rural brasileiro que, por meio de suas lutas históricas e atuais, pressupõem e reafirmam a dimensão racial da questão agrária no Brasil, identidades diversas e modos de vida tradicionais encontrados no mundo rural.

Durante o VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, em 2018, o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, na mesa “Sociedade, desenvolvimento e cidadania na perspectiva do rural brasileiro”, já tecia algumas reflexões sobre esse quadro, apontando a questão agrária brasileira como impreterivelmente de “sujeitos plurais e diversos”, que se fortalecem a partir da Constituição de 1988 e cujas movimentações cada vez mais colocam “em cheque” as clássicas oposições analíticas como “classe” e “identidade” e/ou “lutas econômicas” e “lutas identitárias”. Cabe destacar que o direito à diferença, garantido na Constituição de 1988, trouxe impactos no fortalecimento de coletividades diversas, a partir da autodeterminação e da manutenção da diferença.

Essa crescente organização política dos povos indígenas, quilombolas e comunidades etnicamente diferenciadas no período pós-1988 encontrou forças opositoras às suas demandas, principalmente no que se refere ao uso, acesso e permanência na terra. Essa oposição se expressou em ataques e confrontos diretos contra essas populações, muitas vezes articulados com o uso de instrumentos jurídicos e de instituições políticas (Santos & Martins, 2022). A disputa política, por sua vez, expressou-se especialmente a partir das investidas da representação patronal da agropecuária ao longo dos últimos 20 anos (Tavares & Moreira, 2022) e de uma série de iniciativas da chamada “bancada ruralista” no Congresso Nacional na última década (Pereira, 2022; Rauber, 2021). Essas situações de conflito vivenciadas por povos indígenas, quilombolas e demais populações etnicamente diferenciadas justificam a necessidade de um espaço qualificado de trocas e reflexões acerca das resistências diversas do rural brasileiro.

Importante observar que o século XXI se iniciou com um contexto econômico e político fortemente adverso às populações rurais não inseridas na exploração agrária capitalista, diante da forte demanda por *commodities* agrícolas, com a conformação do que

Delgado (2012) denominou de “pacto de economia política do agronegócio”. A partir desse pacto, o autor considera que ocorreu um aprofundamento da estratégia privada e estatal de perseguição da renda fundiária e da exploração primária como diretriz principal da acumulação de capital no conjunto da economia.

Ademais, cabe destacar que a escolha pela utilização das expressões “resistência” e “criatividade política” para se referir aos modos políticos em torno da luta pela terra dessas coletividades diz respeito à perspectiva de repotencializar a noção de resistência como criação e não reação (Vieira, 2018; Betto, 2022), de maneira a tomá-la como forma de criação de possibilidades de vida que não se restringem a estratégias de relação/oposição com o Estado, incluindo as estratégias cotidianas, como retomadas de práticas tradicionais, para abarcar a complexidade dos movimentos de criação dos sujeitos.

Isso porque parte-se do pressuposto de que os grupos sociais experimentam situações, terminologias e processos nos cotidianos e, a partir deles, (re)criam continuamente seus modos de lutar e de ser e estar no mundo, o que também configura modos de resistência política fundamentais. Essa perspectiva leva aos seguintes questionamentos: de que maneira esses sujeitos sociais resistem a situações de conflito e de agravamento da crise ecológica? Que estratégias de resistência criam a partir de seus regimes de criatividade? Que singularidades emergem dessas suas criações políticas? Portanto, empreende-se acessar diferentes modos de resistência a partir das pesquisas que virão a ser submetidas a esse grupo de trabalho proposto.

Relevância da proposta

Maria de Nazareth Baudel Wanderley, em sua obra “Um Saber Necessário: os Estudos Rurais no Brasil” (Wanderley, 2011), aponta que ainda da década de 1980 os Estudos Rurais dão um salto qualitativo, por influência de fatores como a consolidação dos movimentos sociais e suas formulações e demandas, as contradições do modelo produtivista da agricultura brasileira e, por fim, a crise dos grandes paradigmas nas Ciências Sociais. Esse último, em especial, fez a autora refletir acerca das orientações complementares que surgem aos Estudos Rurais, como a revalorização da dimensão espacial – com debates acerca da relação entre rural e urbano – e a reiteração da centralidade de pesquisas sobre questões que dizem respeito aos sujeitos rurais em toda a sua diversidade e complexidade (Wanderley, 2011).

A partir disso, a autora ainda reflete sobre como essas mudanças no campo dos Estudos Rurais reafirmam que os estudos voltados para a compreensão do mundo rural estiveram, por muito tempo, subordinados às grandes questões referentes ao desenvolvimento da agricultura, como se esta explicasse por si só o mundo rural. Em diálogo com os estudos de Mauro William Barbosa de Almeida (Almeida, 2007), Wanderley (2011) aponta, então, como o “paradigma agrícola camponês”, de que o autor fala, é predominante nas análises acerca do rural, sendo responsável pela dificuldade em incorporar a profunda diversidade de situações e de identidades que caracteriza a vitalidade social do meio rural brasileiro.

Almeida (2007) afirma esse paradigma como presente nas teorias estruturais sobre campesinato, cuja crise não representa o fim dos estudos sobre campesinato, tampouco do próprio campesinato, mas sim o fim da capacidade de um conceito englobar toda a diversidade presente no rural brasileiro, portanto, uma crise de poder explicativo, a qual tem sido acompanhada por um processo de reativação de uma série de “outros”, ao ponto de hoje o Estado brasileiro reconhecer 28 categorias sociais diferentes em torno da nomeação de povos e comunidades tradicionais. Portanto, o Brasil segue hoje sendo berço de uma gama de questões envolvendo florestas, mares, campos, cujos guardiões ascendem à cena política e estão no centro de discussões de interesse social, reivindicando nomeações antes invisibilizadas ou alocadas sob o domínio de um conceito englobante.

Estes envolvem coletividades diversas que constroem suas próprias estratégias de resistência, sejam elas no âmbito da mobilização política ou de suas resistências cotidianas, passando por modos políticos como criação de associações, movimentos sociais e candidaturas eleitorais, mas também por estratégias do cotidiano, como a retomada da relação com outros-que-humanos (animais, plantas, entidades) para a manutenção de seus modos de vida. Assim, a nosso ver, torna-se inegável que esses sujeitos hoje dão fôlego ao debate da questão agrária e vitalidade aos estudos acerca do rural brasileiro, por meio de suas ações e proposições na luta pela terra, cujas criatividades políticas merecem maior atenção no campo dos Estudos Rurais.

Tomando por exemplo o contexto indígena, pode-se falar de diferentes estratégias em curso, a exemplo das autodemarcações (Molina, 2018), das retomadas de terras (Alarcon, 2013; Corrado, 2020; Rosa, 2020; Maréchal, 2021) e de modos de vida e práticas tradicionais como cantos e rituais (Gibram, 2021) e confecção de mantos (Silva, 2021), pela realização de grandes marchas e acampamentos nacionais e pela manutenção das relações com outros-

que-humanos (Betto, 2022), delineando diferentes modos de lutar e de habitar territórios ameaçados.

Em outros contextos tradicionais, destaca-se a criação de formas associativas agrupadas a partir de critérios variados – como gênero e geografia – e pela criação de coletivos, como no caso Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, que congregam mulheres de diferentes identidades étnicas (Almeida, 2004) ou, ainda, pela produção de outras territorialidades e sentidos para a terra, como no caso de ciganos calon (Oliveira, 2023). Esses diferentes modos políticos de luta pela terra ainda são pouco conhecidos e envolvem processos marcados por negociações, alianças e dissensos em contextos de territorialidades específicas ameaçadas. Nesse ínterim, a presente proposta torna-se ainda mais relevante devido ao contexto de crise ecológica e grandes eventos climáticos que colocam essas coletividades em maior situação de risco.

Nessa direção, aponta-se a importância das contribuições das Ciências Sociais no debate do Antropoceno¹, com destaque à noção de *Plantationoceno*². Ferdinand (2022) se utiliza desse conceito para refletir sobre como o processo de colonização das Américas promoveu a difusão da *plantation* com base em uma série de “cídios” – como genocídio, matricídio e altericídio – que devastaram diversos modos de vida e, por consequência, os modos de se habitar a terra que estes carregavam, baseados em múltiplas maneiras de relação com “outros” (humanos e não-humanos), tendo como principais ferramentas a violência e a exploração, com uma dimensão racial vinculada à “política do porão” do navio negreiro (Ferdinand, 2022). Pensar o mundo rural contemporâneo nesses termos delineia pensar que as práticas e estruturas que herda da *plantation* vão se atualizando na produção das perturbações ecológicas e desigualdades decorrentes e, sobretudo, na produção de modos coloniais de se relacionar com “outros”. Nesse modelo, a diferença é tomada como inimiga do progresso moderno, tanto em termos ecológicos como em termos sociais.

Entendemos que a diversidade social que ainda perdura no rural brasileiro merece destaque, pois está na contramão desse processo, uma vez que, constrange a perspectiva de único modo de habitar a terra e promove aberturas à perspectiva de que existem múltiplas formas de se viver e de se relacionar com a terra. Portanto, os povos originários e tradicionais, para além de vítimas do avanço do capital e da crise climática decorrente de seu habitar colonial, também são criadores de resistências que estão na contramão desse processo

¹ Noção proposta no início dos anos 2000 por Paul Crutzen.

² Noção originalmente proposta por Donna Haraway (Haraway *et. al.*, 2015).

de “altericídio” (Ferdinand, 2022) e, assim, podem fornecer importantes contribuições para se refletir acerca de estratégias para o contexto atual de crise ecológica, como de convivência com o “fim do mundo” e de construção de múltiplos outros mundos possíveis.

Objetivos

Essa proposta busca acolher e conectar pesquisas sobre resistências indígenas, quilombolas e populações etnicamente diferenciadas, como quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais e ciganos, entre outras, diante de conflitos que ameaçam seus territórios e modos de vida. A existência dessa diversidade no rural demonstra a existência de múltiplas formas de se viver e de se relacionar com a terra e, conseqüentemente, múltiplas formas de se mobilizar e de resistir.

Pretende-se, portanto, abarcar: (1) estudos sobre as formas de relação com o Estado e respostas coletivas dessas populações a opositores, como representações da agropecuária, elites políticas e econômicas regionais, além de (2) estudos acerca das criatividades políticas dessas populações, no sentido de acatar as singularidades encontradas nas suas estratégias de resistência. Assim, busca-se evidenciar os regimes de criatividade em seus diferentes modos políticos, como em a) ações coletivas, b) movimentos sociais e associações, c) protestos, d) marchas, e) atividades sociais, culturais e políticas, f) retomadas de terra, g) autodemarcações, h) retomadas de modos de vida e de práticas tradicionais como cantos, rituais, festas e relações com não-humanos, i) outros. Serão aceitos estudos empíricos e teóricos, ensaios e pesquisas metodológicas.

Com isso, visa-se abordar e refletir sobre modos políticos em lutas pela terra, destacando a dimensão criativa de suas resistências nos contextos de conflito e de agravamento da crise ecológica. Interessa ao GT, de um modo geral, recepcionar tanto pesquisas com aportes teórico-metodológicos mais clássicos, como aquelas que problematizam aportes clássicos e contemporâneos no que tange a estratégias políticas diversas em torno da luta pela terra no rural brasileiro. Por fim, denota-se que a proposição desse GT visa a construção de pontes entre lutas de grupos sociais marcados pela diferença, pois compreende-se que isso pode contribuir para avanços qualitativos no campo dos Estudos Rurais.

Referências

ALARCON, D. F. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso tupinambá da Serra do Padeiro. **Ruris (Campinas, online)**, Campinas, v. 7, n. 1, 2013.

ALMEIDA, M. W. B. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **Ruris (Campinas, Online)**, Campinas, v.1, n. 2, 2007.

ALMEIDA, A. W. B. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, 2004.

BETTO, J. **Presença, Chamado, Reflorestar**: criações políticas da marcha das mulheres indígenas. Tese (Doutorado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. **Conflitos no campo Brasil 2023**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2024.

CORRADO, E. F. “Conhecemos tudo que é regra de luta”: relações entre as retomadas indígenas e as mobilidades Guarani e Kaiowá, no sul do MS. **Maloca – Revista de Estudos Indígenas**. Campinas, SP, v.3, p. 1-21, 2020.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320p.

GIBRAM, P. A. **Cantos sem fim**: formas políticas kaingang e seus movimentos. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, 2021.

MARÉCHAL, C. **Ëg ga ãg kófa tú (A nossa terra é a nossa história)**. Território, trabalho, xamanismo e história em retomadas Kaingang. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

MOLINA, L. P. Terras incapturáveis: notas para pensar autodemarcações indígenas. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 5(10), p. 39-58. Agosto a dezembro de 2018.

OLIVEIRA, L. G. S. **Uma etnografia da comunidade cigana calon de Sousa, Paraíba**: os sentidos da terra e a regularização fundiária. Anais da IX Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, 2023.

PEREIRA, C. F. Agronegócio e segurança jurídica no campo: cenários e gestão das “questões indígenas e quilombolas”. In: RAUBER, M. A.; ALARCON, D. F.; ZUCARELLI, M. C.; SOUZA LIMA, A. C.; PACHECO DE OLIVEIRA, B. P. (Org.) **Agronegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados**: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 33-81. DOI: doi.org/10.48073/9786581315184.0002

RAUBER, M. A. **“Prato principal” terras indígenas: O início da contestação do direito territorial indígena pela Frente Parlamentar da Agropecuária (2011-2014).** Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Desenvolvimento), 356 f. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

ROSA, D. J. da. **Território, territorialidades, narrativas e retomada Kaingang na Bacia Hidrográfica do Alto Uruguai: um ensaio etnográfico em Goj Vêso.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SANTOS, V. J. R. F.; MARTINS, F. A ofensiva da Famasul aos direitos territoriais indígenas: registros de um antropólogo em campo. *In*: RAUBER, M. A., *et al.* (org.) **Agroegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 203-257. DOI: doi.org/10.48073/9786581315184.0004

SILVA, G. J. da. ARENGA, Tata Nhee Assojoba Tupinambá. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 21, n. 46, p. 323-339, 2021.

TAVARES, A. C. D. T.; MOREIRA, E. M. A atuação da CNA na tentativa de desconstrução dos direitos territoriais indígenas. *In*: RAUBER, M. A.; ALARCON, D. F.; ZUCARELLI, M. C.; SOUZA LIMA, A. C.; PACHECO DE OLIVEIRA, B. P. (org.) **Agroegócio e desconstrução de direitos territoriais de povos etnicamente diferenciados: ação política e efeitos sociais das formas contemporâneas de exploração agrária.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 117-202. DOI: doi.org/10.48073/9786581315184.0004

VIEIRA, S. de A. Micropolítica da pirraça, ou por que resistência não é uma noção obsoleta. **Revista Fevereiro – Política, Teoria, Cultura**, 340-357, 2018.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.